

**A PARTIR E CONTRA FOUCAULT: AS NOVAS INJUNÇÕES DA GUERRA, DA  
BIOPOLÍTICA E DA SOBERANIA NA ATUAL RECEPÇÃO CRÍTICA DO  
PENSAMENTO FOUCAULTIANO**

*André Constantino Yazbek*

Universidade Federal Fluminense, Brasil

[orcid.org/0000-0001-6341-7602](https://orcid.org/0000-0001-6341-7602)

**RESUMO:** Este artigo examina as novas injunções do pensamento político de Michel Foucault realizadas pela atual recepção crítica dos cursos ministrados pelo filósofo no *Collège de France* durante os anos 1970. Neste sentido, o artigo pretende sublinhar, brevemente, a maneira crítica a partir da qual Christian Laval e Pierre Dardot, Éric Alliez e Maurizio Lazzarato, e igualmente Bernard Harcourt, retomam os temas da soberania, da guerra, da governamentalidade e do biopoder na obra de Foucault para delimitar novas formas de violência política e de gestão estatal neoliberal. O artigo também localiza as obras pioneiras de Giorgio Agamben e Achille Mbembe no que concerne a uma articulação entre biopolítica e exceção soberana. Ao fim, procuramos ainda ressaltar algumas questões gerais concernentes a esta recepção crítica atual da obra de Foucault.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biopolítica. Soberania. Guerra. Governamentalidade. Violência política. Gestão estatal neoliberal.

**FROM AND AGAINST FOUCAULT: THE NEW INJUNCTIONS OF WAR,  
BIOPOLITICS AND SOVEREIGNTY IN THE CURRENT CRITICAL RECEPTION  
OF FOUCAULDIAN THOUGHT**

**ABSTRACT:** This paper examines the new injunctions of Michel Foucault's political thought carried out by the current critical reception of the lectures given by the philosopher at the *Collège de France* during the 1970's. In this sense, the paper intends to point out, briefly, the critical way in which Christian Laval and Pierre Dardot, Éric Alliez and Maurizio Lazzarato, and equally Bernard Harcourt, return to the themes of sovereignty, war, governmentality and biopower in Foucault's works in order to delimit the new forms of political violence and neoliberal state management. The paper also locates the pioneering works of Giorgio Agamben and Achille Mbembe concerning an articulation between biopolitics and sovereignty exception. At the end, we seek to outline some general issues regarding this current critical reception of Foucault's work.

**KEYWORDS:** Biopolitics. Sovereignty. War. Governmentality. Political violence. Neoliberal state management.

## I

Do ponto de vista de sua fortuna crítica para o debate político atual, da miríade de questões suscitadas e de suas aplicações para a análise das relações de poder no presente, sabe-se do notável interesse suscitado por três dos cursos pronunciados por Michel Foucault no *Collège de France* ao longo da década de 1970: *Em defesa da sociedade* (1976), *Segurança, território, população* (1978) e *Nascimento da biopolítica* (1979).

Destes, o primeiro a vir à lume em sua edição francesa será o *Em defesa da sociedade*, publicado já em 1997, curso cujas aulas se organizam ao redor da adoção metodológica da perspectiva da guerra civil como operador do poder político e que demarca, a partir das temáticas da guerra de raças e da formação de um racismo de Estado, a primeira aparição da noção de biopolítica das populações no contexto das lições do *Collège de France*. Já *Segurança, território, população* e *Nascimento da biopolítica* terão suas primeiras edições publicadas simultaneamente na França em 2004, e serão recepcionadas sobretudo a propósito da definição do campo estratégico das relações de poder em termos de governo e de sua relação com a formação dos modernos estados liberais.<sup>1</sup> Portanto, ao passo que *Segurança, território, população* ganhará notoriedade pelo uso inaugural da noção de “governamentalidade” (que vem a substituir o paradigma da guerra para a leitura das relações de poder), *Nascimento da biopolítica*, por sua vez, terá o mérito de articular o exame da biopolítica a uma análise pioneira, e contraintuitiva, das formas de racionalidade política do liberalismo e do neoliberalismo contemporâneo.<sup>2</sup> Neste sentido, dirá Foucault no curso de 1979: “só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica” (2008a, p. 30).

A leitura habitual (e cronológica) da tríade de cursos mencionada indica que as pesquisas de Foucault no *Collège de France* teriam percorrido um arco evolutivo que iria da

---

<sup>1</sup> No caso do Brasil, o curso *Em defesa da sociedade* terá sua primeira tradução publicada em 2001, ao passo que *Segurança, território e população* e *Nascimento da biopolítica* serão traduzidas e publicadas, simultaneamente, em 2008. Ao longo deste trabalho, faremos uso, justamente, das traduções brasileiras.

<sup>2</sup> Daí o desenvolvimento, em Foucault, já a partir de *Segurança, território, população*, de uma “genealogia do Estado” moderno a partir, justamente, de uma “história da governamentalidade” ocidental: “sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade, cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas” (Foucault, 2008b, p. 476). Sabemos que é por esta via que Foucault chegará à exploração do chamado “poder pastoral”, efetiva matriz, secularizada, da forma típica da “individualização” do governo ocidental: “de certa forma, podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral” (Foucault, 2001, p. 1049, tradução nossa).

adoção da grade de inteligibilidade da guerra como matriz das relações de poder político até a conquista de uma noção suficientemente adequada (a “governamentalidade”) para a exploração plena da biopolítica com forma de poder que incide *positivamente* sobre a vida das populações, tendo por alvo o incremento de suas forças vitais (em contraste com a experiência histórico-política da soberania clássica, cuja característica genérica é a do exaurimento da vida por meio do suplício ou da morte ritualizada). Mas, se se trata de uma “nova” arte de governo que opera por meio da administração positiva das populações, deslocando a antiga soberania territorial, resta que sua correta caracterização deve escapar às alternativas clássicas da violência e do contrato social. Assim, pode-se afirmar que o tema do governo em Foucault decorre de uma perspectiva genealógica que pretende circunscrever processos histórico-políticos segundo uma compreensão do poder cuja prática é irreduzível às oposições usuais da tradição moderna do pensamento político: com efeito, o “modo de relação própria ao poder não deve ser procurado nem do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e do laço voluntário (que não são mais que seus instrumentos)”, mas sim do “lado desse modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo” (Foucault, 2001, p. 1056, tradução nossa).

Notemos, portanto, que a passagem à noção de governo permitiu a Foucault, no contexto dos últimos cursos ministrados nos anos setenta, o desvelamento do modelo de exercício do poder propriamente moderno, ou liberal, em termos de uma biopolítica que se poderia caracterizar como a “evisceração e redução da política à mera *administração* [da vida]: a saúde do corpo político é agora apenas outra das funções administrativas do Estado” (Mendieta, 2014, p. 42, tradução nossa). Ou ainda, como dirá Thomas Lemke, é na analítica foucaultiana do governo que a “biopolítica assume um significado decisivo”, intimamente relacionado ao surgimento das formas liberais de racionalidade governamental: “Foucault concebe o liberalismo não como uma teoria econômica ou uma ideologia política, mas como uma arte específica de governo dos seres humanos” (2011, p. 45, tradução nossa).

Mas ocorre que aos dias correntes, beneficiando-se da publicação da totalidade dos cursos da década de 1970, é possível observar um movimento crescente em direção a uma “nova” injunção ou um “novo” momento na recepção geral das lições ministradas por Foucault no *Collège de France*; uma injunção que concerne à retomada da temática foucaultiana da guerra civil como operador de inteligibilidade mais efetivo para a compreensão da realidade

das relações de poder características da política hegemônica de nosso tempo – o que também implicará em certa revisão da temática do biopoder tendo-se em vista as formas atuais de expressão da soberania política e da multiplicação dos espaços de exceção, segundo uma linhagem que nos remeteria às influências ainda operantes de Giorgio Agamben e Achille Mbembe. Ora, a retomada de um tal conjunto temático, que permitirá ao Foucault de 1976 promover a inversão do célebre aforismo de Carl Von Clausewitz (não mais a guerra como continuação da política por outros meios, mas sim a política como a guerra continuada por outros meios),<sup>3</sup> levará a uma releitura dos cursos mencionados acima, sobretudo no que concerne às articulações entre a “guerra” e as “raças”, o “governo” e a “biopolítica”, a “soberania” e o “*imperium*”, mas também a uma revalorização das lições ministradas nos anos letivos de 1971-1972 e 1972-1973, intituladas, respectivamente, *Teorias e instituições penais* e *A sociedade punitiva*.

Para ficarmos nos exemplos mais célebres, notemos que autores importantes para a reflexão atual sobre os sistemas de poder, e que sofrem influência direta das pesquisas genealógicas foucaultianas, tais como Christian Laval, Pierre Dardot, Éric Alliez, Maurizio Lazzarato e Bernard Harcourt, parecem promover uma releitura do legado foucaultiano na qual trata-se de mobilizar o Foucault dos primeiros anos da década de 1970 *contra* o Foucault dos anos 1978-1979. Em assim o fazendo, acabam por partir justamente do que seria o caráter problemático (ou insuficiente) da caracterização positiva da biopolítica em Foucault, vista como prática de governo, para então concederem maior centralidade e efetividade crítica às tópicas foucaultianas da reinscrição biopolítica da função do poder soberano em seu direito de tirar a vida, da lógica geral de aplicação da lei compreendida em termos do modelo político da guerra civil e da formação de tecnologias raciais de distribuição diferencial de ameaças à vida para fins de controle social e exploração dos corpos assujeitados.

Nestes termos, o presente artigo pretende se concentrar em um traço particular desta nova injunção das temáticas da soberania, da guerra, da governamentalidade e do biopoder em Foucault: aquele relativo a uma leitura renovada do estatuto da soberania nos modernos estados (neo)liberais, realizada a partir do diagnóstico segundo o qual o estágio atual de nossas relações de poder corresponderia a uma acomodação da função de morte da soberania segundo a lógica

---

<sup>3</sup> “[...] o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios. E, neste momento, inverteríamos a proposição de Clausewitz e diríamos que a política é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 2005, p. 22).

ampliada do biopoder como produção politicamente orientada de formas de vida matáveis. Trata-se de um estudo preliminar, que não se pretende exaustivo, mas cujo objetivo é o de extrair algumas consequências desta lida atual com as temáticas exploradas por Foucault na segunda metade da década de 1970.

## II

Retomemos a questão a partir da economia interna do pensamento foucaultiano. Como bem assinalou Harcourt (2013, p. 82), em suas investigações dedicadas à genealogia das tecnologias do poder e à formação governamental do Estado moderno, levadas a termos ao longo dos anos setenta, Foucault desenvolvera uma série de interpretações contrastantes acerca das formas de exercício do poder político. Assim, de suas primeiras investidas para a compreensão da organização do direito em torno da soberania clássica, passando por suas célebres análises acerca do poder disciplinar e da vigilância panóptica (cujos instrumentos operatórios representam o advento de um modelo propriamente moderno de exercício do poder) mas também por incursões pelo chamado poder pastoral (matriz originária da organização e regulação das condutas através da individualização dos comportamentos em meio a uma coletividade dada), Foucault chegará à exploração de uma política gestionária da vida das populações, ou biopolítica, terminando por compreendê-la, já em fins da referida década, em termos de uma dada racionalidade governamental, ou governamentalidade, na qual o saber da economia política, no sentido da lógica do mercado concorrencial, é o critério de veridicção da ação estatal.<sup>4</sup> Apresentada de maneira esquemática, portanto, a tese foucaultiana sobre a biopolítica consiste em considerar que fora necessário, em fins do século XVIII, no contexto político-institucional de surgimento do capitalismo industrial, o desenvolvimento de uma “ciência do governo” para a qual está em jogo o “recentramento da economia em outra coisa além da família”, marcando, assim, a passagem histórica de um “regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas de governo [...] em torno da

---

<sup>4</sup> “[...] em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar [...], a economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que [...] indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de verdade de sua própria prática governamental. Digamos em termos simples e bárbaros que o mercado, de lugar de jurisdição que era até o início do século XVIII, está se tornando [...] um lugar que chamarei de lugar de veridicção. O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental” (Foucault, 2008a, p. 45).

população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política” (Foucault, 2008b, p. 141). Como bem o sabemos, o poder soberano, derivado do arcaico direito da *patria potestas* e formulado no sentido de um direito de “vida e de morte”, será definido por Foucault nos termos de um direito de *morte* sobre vida: “o soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir” (Foucault, 2017, p. 146).

Por oposição ao mero poder de exaurir a vida, “governar” designa, em Foucault, a ação de dirigir o “campo de possibilidades no qual vêm se inscrever o comportamento dos sujeitos que agem” (Foucault, 2001, p. 1056, tradução nossa) – e pode-se considerar que é a partir do conceito operatório de governo que fora possível, para a genealogia foucaultiana, a exploração plena de uma mecânica de poder que incide positivamente e administrativamente sobre a vida das populações, marcando o limiar de nossa modernidade política: uma biopolítica das populações. Nesta medida, o poder típico da soberania territorial se vê deslocado, em suas funções precípua, em razão do aparecimento de novas técnicas e novos objetivos do governo: desde os séculos XVIII e XIX, e crescentemente, não se trata mais, como no caso da soberania clássica pré-moderna, de um poder que incide sobre os corpos a fim de produzir seu exaurimento por meio do suplício ou da morte, mas, antes, de um poder que se dedica ao incremento das forças vitais das populações, tornadas, doravante, objeto privilegiado dos cálculos da administração política estatal. Daí que a própria biopolítica, no desenvolvimento da genealogia foucaultiana, venha a encontrar sua caracterização final na abordagem do liberalismo: a racionalidade liberal de governo se caracteriza pelo fato de que, indexada ao saber da economia política, ela implica em fazer com que “os sujeitos de direito sobre os quais se exerce a soberania política apareçam [agora] como uma *população* que um governo deve *administrar*” (Foucault, 2008a, p. 30).

Mas, a despeito de sua importância e fecundidade – tanto no que concerne à dinâmica interna da obra foucaultiana quanto no que diz respeito à abertura de uma perspectiva largamente explorada no debate sociológico atual<sup>5</sup> –, a adoção da noção de governamentalidade por Foucault marcará também o abandono do enfoque que até então presidira boa parte de suas

---

<sup>5</sup> Do ponto de vista das apropriações atuais da temática do governo, desde algumas décadas, a noção tem dado azo à formação de todo um “novo domínio” interdisciplinar de investigação científica, mormente no campo das ciências sociais, denominado “*governmentality studies*” (Walters, 2012, p. 12).

pesquisas genealógicas, e sob o qual já havia se dado uma primeira perspectiva de abordagem da biopolítica no âmbito dos cursos ministrados no *Collège de France*: trata-se do enfoque centrado na temática da guerra ou, mais precisamente, da guerra civil como realidade intrínseca ao corpo político. Ora, se ao menos desde o curso de 1973, intitulado *A sociedade punitiva*, Foucault já mobilizara a temática da “guerra civil” como “estado permanente” e “matriz de todas as lutas pelo poder” (2015, pp. 13-14), perspectiva que ganharia fôlego adicional em 1976, no curso *Em defesa da sociedade*, no qual a noção de biopolítica debuta justamente no contexto da temática da “guerra de raças” e da formação de um “racismo de Estado” (2005, p. 285), a partir de 1978, em *Segurança, território, população*, o tema do governo acaba por eclipsar o tema da luta intestina e das relações de força e dominação como operadores efetivos do poder político.

Como bem assinala Lemke (2017, p. 197), é certo que a perspectiva do poder como governo, além de não excluir nem a violência e nem o contrato (agora apreendidos como “efeitos” ou “instrumentos” do poder e não como sua “fundação” ou sua “fonte”), guarda inequívoca coerência com a insistente crítica foucaultiana às concepções jurídicas do poder para as quais os mecanismos repressivos e a legitimação por consenso devem compor o centro da análise política. Assim, o conceito de poder, longe de ser abandonado, é submetido a um deslocamento teórico fundamental que permitirá, por meio do uso generalizado da noção do governo, inclusive o trânsito posterior de Foucault em direção à passagem de uma genealogia das “tecnologias de dominação” para uma genealogia das “tecnologias de si” (Idem, p. 198). Neste sentido, portanto, o advento da noção de governo em substituição à perspectiva da guerra acabará por tornar explícita uma diferença já implícita no trabalho anterior de Foucault: aquela entre poder e dominação (Ibidem).

Mas é possível que o preço a ser pago por esta espécie de “solução foucaultiana” do tema da dominação e do poder seja o de uma certa negligência no trato com os operadores materiais da violência soberana feita ao próprio corpo político – o que implica, justamente, o abandono da atualidade crítica da abordagem da guerra civil como operador de inteligibilidade de nossa prática política, histórica e atual, com a conseqüente perda da dimensão característica da lógica da violência política propriamente contemporânea. Afinal, para falar nos termos de Alliez e de Lazzarato, “o capitalismo e o liberalismo trouxeram em seu bojo as guerras como as nuvens trazem a tempestade”, e a “expansão contemporânea da financeirização pilota uma

guerra civil global e dita as suas polarizações” (2021, p. 11). Daí que se possa falar em algo como uma lacuna, ou uma certa insuficiência, na perspectiva adotada por Foucault em fins dos anos setenta, em um movimento que parece afastá-lo de sua própria trajetória pregressa, desde que se considere que a chamada “microfísica do poder” era já uma “atualização crítica da ‘guerra civil generalizada’” (Idem, p. 19).

Ora, um tal diagnóstico sobre a obra foucaultiana e sobre a necessidade de delimitação conceitual da violência política típica de nosso tempo tem desaguado em uma renovada recepção da genealogia foucaultiana na qual, já desde algum tempo, trata-se do que se poderia considerar como sendo uma disputa pelo estatuto da soberania no horizonte dos modernos estados (neo)liberais. A soberania, neste caso, concerniria à biopolítica segundo uma chave de compreensão que exigiria a revisão da suposta polaridade foucaultiana entre, de uma parte, um poder de morte e, de outra, o da gestão positiva da vida.

### III

Para nos acercarmos desta disputa pelo estatuto da soberania, realizada *a partir e contra* Foucault, lembremo-nos que as primeiras problematizações sobre o tema por parte daqueles que recepcionaram a biopolítica foucaultiana foram tramadas em um contexto cujo acesso aos textos publicados ainda se restringia, basicamente, ao primeiro volume da *História da Sexualidade* publicado em 1976 com o título de *A vontade de saber*, e ao curso *Em defesa da sociedade*, cuja transcrição viria à lume já em 1997, como vimos. É esse o material que serviria de referência para os ensaios seminais de Agamben e Mbembe à propósito do biopoder e da biopolítica, cuja influência decisiva ainda hoje se faz sentir. Norteadas pelo biopoder em suas relações com a temática da guerra e da soberania, ambas as obras servirão à associação entre as análises da biopolítica foucaultiana – que, aqui, apontam para a gestão da vida como tendo por encargo o manejo do corte entre o quem deve viver e quem deve morrer – e os argumentos teórico-políticos de Carl Schmitt à propósito da soberania como prática decisionista que determina, a um dado momento, *quem é o inimigo* (Schmitt, 2020, p. 26).

Assim sendo, em seu ensaio de 1998 sobre o poder soberano e a vida nua, intitulado *Homo sacer I*, Agamben organizara sua problematização sobre a biopolítica justamente a partir do reconhecimento de uma espécie de *déficit* do tema da soberania no Foucault de *A vontade*

*de saber* – e não é ao acaso que sua recepção crítica da temática foucaultiana convoque à cena, precisamente, a figura da soberania schmittiana: “na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal” (Agamben, 2007, p. 149). Por outro lado, mantendo-se igualmente em uma relação polêmica com a biopolítica foucaultiana e a exceção soberana de Schmitt, Mbembe, ao publicar em 2003 o seu já célebre ensaio *Necropolítica*, apoiara-se precisamente na crítica de Foucault à noção clássica de soberania tal como ela aparecera na obra *Em defesa da sociedade*, ou seja, relacionada ao tema da guerra e do biopoder, mas para voltar-se a ela a partir da função de morte e da exceção soberanas segundo um corte racializado. Daí que seu ensaio se inicie pela pergunta sobre a suficiência da noção foucaultiana de biopoder para “contabilizar as formas contemporâneas em que o político [...] faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto” (Mbembe, 2016, p. 123) e para, ao longo de seu desenvolvimento inicial, se propor a examinar as “trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar” (Idem, p. 128). Em suma, ao passo que Agamben reúne esforços para encontrar o “ponto cego” de “junção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder”, acabando por afirmar que a “produção de um corpo biopolítico é o ato original do poder soberano” (Agamben, 2007, p. 16), Mbembe pretende valer-se da articulação entre o biopoder e o exercício da exceção soberana para assinalar a dimensão racializada da expressão máxima da soberania, de sua “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, recuando à *plantation* colonial escravagista para delimitá-la como “uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica” (Mbembe, 2016, p. 130).

Mas em ambos se faz igualmente presente um diagnóstico de época, de sorte que a genealogia foucaultiana da biopolítica não apenas encontra uma outra datação histórica – seja na condição quase *a-histórica* de estrutura inaugural da soberania, seja na demarcação da emergência do colonialismo –, mas também uma problematização da atualidade: da perspectiva agambeniana, decisivo é o fato de nossas democracias modernas terem se transformado no espaço de inclusão da *vida nua* (no sentido da *bloss Leben* benjaminiana) sob a forma de uma existência exposta à morte (forma de vida politicamente desqualificada);<sup>6</sup> tomada a questão do

---

<sup>6</sup> “A tese foucaultiana deverá, então, ser corrigida ou, pelo menos, integrada, no sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *pólis*, em si antigüíssima, nem simplesmente o fato de que a vida como tal venha a ser um objeto eminente dos cálculos e das previsões do poder estatal; decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o

ponto de vista da necropolítica de Mbembe, por seu turno, trata-se de considerar uma espécie de atualização dos dispositivos coloniais por meio da multiplicação das zonas de exceção segundo a lógica racializada do poder, de sorte que, no contexto em que operam os “regimes coloniais tardo-modernos”, as “operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o único monopólio dos Estados” (Mbembe, 2016, p. 146).<sup>7</sup>

Nestes termos, se Agamben e Mbembe representam já a formação de um aparato crítico na lida com a biopolítica foucaultiana – no interior do qual sobressaem uma preocupação com as formas de mobilização do aparato material da violência soberana do estado em sua função mesma de gerir a vida –, notemos que esta mesma tendência se vê agora renovada, ampliada e explorada em sentidos diversos por um novo conjunto de obras bastantes recentes, publicadas em um contexto no qual dispõe-se do acesso à totalidade dos cursos pronunciados por Foucault no *Collège de France*. Ademais, trata-se de autores que, em sua maioria, dedicam-se à exploração sistemática da economia interna do pensamento foucaultiano – e que possuem, portanto, certa obrigação de fidelidade hermenêutica no trato com obra. Assim, nos parece que está em um curso uma nova injunção da herança foucaultiana de investigação sobre o poder, e isso no sentido mesmo de redobrar a atenção sobre os processos de violência gestinária da soberania no contexto dos arranjos contemporâneos da biopolítica liberal e/ou neoliberal. Desta feita, as noções mesmas de governmentação, biopolítica e biopoder são (re)problematizadas à luz das temáticas da guerra civil e da guerra de raças, ou da guerra de contra-insurgência, como matrizes para a compreensão da realidade atual de nossas relações de poder.

A este respeito, que se tome em referência, como exemplos privilegiados, a recente publicação do *Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas*, fundado por Christian Laval e Pierre Dardot junto aos professores Pierre Sauvêtre e Haud Guéguen, intitulada *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo* ou, ainda, a obra recente de Éric

---

espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irredutível indistinção” (Agamben, 2007, p. 16).

<sup>7</sup> Os exemplos privilegiados por Mbembe em seu ensaio *Necropolítica* são a Guerra do Golfo e a campanha do Kosovo, mas igualmente o *Apartheid* e a “ocupação colonial tardia em Gaza e na Cisjordânia”: “como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de várias poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O ‘estado de sítio’ em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano” (Mbembe, 2016, pp. 137-138).

Alliez e Maurizio Lazzarato, *Guerras e capital*, bem como o recente estudo de Bernard Harcourt, *The Counterrevolution*. Tomados em conjunto, estes trabalhos têm se notabilizado por uma releitura do legado foucaultiano em função da compreensão dos arranjos marcadamente autoritários e violentos do neoliberalismo (Dardot & Laval, 2019; Dardot [et al.], 2021), ou da dinâmica ampliada do capital financeiro em termos da continuidade da guerra por todos os meios colocados à sua disposição (Alliez & Lazzarato, 2021), ou mesmo da implementação atual de uma lógica política de contrainsurgência como novo modelo de governo das populações locais (Harcourt, 2018). Ora, são esforços para a recuperação prática efetiva da “ótica particularmente fecunda” da “guerra civil como grade de análise do ‘poder estabelecido’” (Dardot et al, 2021, p. 314), e que exigem, para tanto, seja “uma problematização mais a fundo da guerra como ‘cifra’ ou denominador da relação social do capital” (Alliez & Lazzarato, 2021, p. 35), seja a compreensão de que a “aplicação doméstica da lei e, em geral, as relações de poder na sociedade civil, poderiam ser mapeadas a partir do modelo da guerra civil” (Harcourt, 2018, p. 196, tradução nossa). Apesar da diversidade de perspectivas oferecidas por tais obras, e de suas diferenças temáticas e teóricas, é possível que se possa encontrar o ponto de articulação entre elas naquilo que se poderia chamar de uma tentativa para uma rearticulação inteligível da violência soberana que conserva a ordem social do capital em nossa paisagem política contemporânea – tentativa que passa igualmente por uma rearticulação do tema da soberania biopolítica em seu poder de decisão e de produção calculada de vidas que valem a vida e vidas que valem a morte (Yazbek, 2021, p. 51). Assim, em todas elas pode-se encontrar uma interlocução (mais ou menos) polêmica com Foucault, cujo ponto privilegiado é a retomada da noção de guerra civil como operador de inteligibilidade das relações políticas na atualidade dos modernos estados neoliberais.

Daí que o trabalho conjunto de Dardot e Laval se inicie pela temática da formação de um “novo neoliberalismo” que teria “adotado abertamente o paradigma da guerra *contra a população*” (Dardot & Laval, 2019, p. 20, tradução nossa), para posteriormente avançar, aos dias atuais, na consideração da natureza eminentemente violenta, historicamente estratégica e belicosa, da lógica política neoliberal: o processo de radicalização das estratégias da governamentalidade neoliberal de controle, com sua expansão da lógica do mercado concorrencial para a totalidade da vida social, torna explícita uma violência que não é o produto

de sua “degeneração” ou da formação de um “neoliberalismo novo”, mas parte integrante de sua história.<sup>8</sup>

Neste sentido, a recente publicação do *Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas* insiste na lógica de guerra civil, retomada de Foucault, não como uma nova fase ou uma mutação do sistema político neoliberal, mas sim como uma característica intrínseca de suas estratégias de parasitismo do Estado, uma “racionalidade de guerra” que se realiza inclusive “contra um inimigo que não está organizado, que não quer tomar o poder, ainda menos pela violência armada” (Dardot *et al*, 2021, p. 314). Ora, é de um tipo análogo de racionalidade estratégica de guerra que se ocupa também Harcourt em seu *The Counterrevolution*, obra que se debruça sobre o paradigma governamental estadunidense de guerra ao terror, adotado como política exterior na sequência dos ataques contra o *World Trade Center* e o *Pentágono* em 11 de setembro de 2001, para delimitar a sua incorporação doméstica como “novo modelo de governo inspirado pela teoria e pela prática da guerra de contra-insurgência” (Harcourt, 2018, p. 06, tradução nossa). Assim, dirá Harcourt, “estamos agora testemunhando, em solo americano, o triunfo do modelo de governo de contrainsurgência *na ausência de uma insurgência, ou revolta, ou revolução*” (Idem, p. 12, tradução nossa).

No mesmo espírito de mobilização e crítica às intuições foucaultianas, Lazzarato, em obra na qual trava uma polêmica aberta contra Foucault, atribuindo-lhe uma “visão edulcorada do neoliberalismo (sem as guerras civis sul-americanas)” (2019, pp. 92-93), mobiliza não apenas a temática da soberania e da biopolítica em chave neoliberal como, ainda mais, retorna às articulações foucaultianas entre a guerra e a estratégia justamente para recuperar (*contra* Foucault) a efetividade prática da categoria de revolução. Assim, rejeitando a “modalidade guerreira dessas relações [de força] e suas estratégias” a partir do fim dos anos setenta, Foucault acabaria por perder de vista não apenas a dimensão material da guerra contra a própria população, mas também a possibilidade de pensar a reversão prática destas mesmas relações: se “política e guerra [...] são estratégias ‘sempre prestes a se interpenetrar’ sob a hegemonia da máquina do Capital”, resta que “elas também podem ser mobilizadas para a revolução” (2019,

---

<sup>8</sup> “O propósito deste livro [*A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*] é acrescentar um capítulo que se tornou fundamental às genealogias existentes, escrito à luz das formas cada vez mais brutais das políticas neoliberais. E o que aparece ao se puxar esse fio não é um neoliberalismo ‘novo’ ou ‘degenerado’, mas a face mais sombria de sua história, a de uma lógica dogmática implacável que não hesita em relação aos meios empregados para enfraquecer e, se possível, destruir seus inimigos” (Dardot *et al*, 2021, p. 40).

p. 97). Em outros termos, e segundo o comentário de Peter Pál Pelbart sobre o texto de Lazzarato, “não deveríamos deixar a conflituosidade resolver-se em governamentalidade, sob pena de ver fecharem-se as brechas que poderiam desembocar numa reversibilidade revolucionária” (2020, p. 05).

Notemos ainda que este mesmo aparato conceitual do tema da guerra e da contra-insurgência se desdobrará em uma perspectiva na qual a biopolítica neoliberal, em sendo apreendida em seu caráter contrainsurrecional, nos remeterá à matriz histórica do exercício da soberania segundo o paradigma da guerra colonial e, em consequência, da formação de um racismo de Estado igualmente tributário do tema foucaultiano da “raça” como dispositivo de tecnologia de poder biopolítico. Trata-se, também aqui, de uma abordagem crítica do legado foucaultiano: ora, se o Foucault de *Em defesa da sociedade* estabeleceu o racismo como dispositivo biopolítico de articulação entre o moderno governo gestor da vida e o arcaico direito soberano de decretar a morte, de tal sorte que o “racismo [...] assegura a função de morte na economia do biopoder” (Foucault, 2005, p. 308), o Foucault posterior, aquele de *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica*, parecera negligenciar o problema dos processos de violência gestora dos estados modernos ao adotar, justamente, a perspectiva da governamentalidade. Ao contrário, a hipótese geral da guerra civil como regra de governo, articulada a do racismo como tecnologia biopolítica estratégica para a gestão da morte, apontara para uma compreensão renovada em torno das “políticas de morte”, da soberania e do necropoder – flanco que tem sido largamente explorado por Mbembe, como vimos, segundo os imperativos político-governamentais do extermínio racial, da ocupação territorial e dos padrões mórbidos de governamentalidade colonial (Reis, 2020, p. 254).

Deste modo, a retomada atual do tema guerra propicia também a retomada do racismo segundo uma perspectiva que Foucault teria tematizado sem, no entanto, explorar a contento: em 1976, o então professor do *Collège de France* menciona a “colonização” e o “genocídio colonizador” para delimitar o ponto historicamente privilegiado de irrupção do racismo moderno,<sup>9</sup> e chega mesmo a referir-se à maneira como a própria prática colonial, desde o século

---

<sup>9</sup> “E pode-se compreender também por que o racismo se desenvolve nessas sociedades modernas que funcionam baseadas no modo do biopoder; compreende-se por que o racismo vai irromper em certo número de pontos privilegiados, que são precisamente os pontos em que o direito à morte é necessariamente requerido. O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderia fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo” (Foucault, 2005, p. 307).

XVI, repercute “sobre as estruturas jurídico-políticas do Ocidente” no sentido de um “colonialismo interno”,<sup>10</sup> mas o desenvolvimento posterior de suas pesquisas deixa inexplorada a temática da moderna coextensividade entre o governo biopolítico da vida e o permanente exercício de soberania de uma guerra securitária que, em sendo imanente ao corpo social, faz do racismo uma tecnologia de poder para o estabelecimento do “corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (Foucault, 2005, p. 304).<sup>11</sup> Em suma, como dispositivo de tecnologia de governo das populações, a raça implica o racismo não apenas no sentido de uma nova economia do sacrifício político da guerra, compatível com a biopolítica (“um racismo de guerra”), mas também no de uma nova economia no sistema das ameaças ao corpo social a partir da “extrapolação biológica do tema do inimigo político”: “os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população” (Idem, p. 306).

Nestes termos, trata-se de uma guerra que, nas palavras de Alliez e Lazzarato em *Guerras e Capital*, reverberando a necropolítica mbembiana a partir do tema da soberania em sua obra, “nunca foi uma guerra interestatal, mas uma guerra em meio à população e contra ela, na qual nunca foram vigentes distinções entre paz e guerra, entre combatentes e não combatentes, entre o econômico, o político e o militar” (2021, p. 27).<sup>12</sup> Assim, para Alliez e Lazzarato a guerra colonial, uma guerra “fractal” e “transversal”, é justamente o modelo de governança desencadeado (ou recuperado) pelos desenvolvimentos da lógica ilimitada do capital financeirizado a partir dos anos 1970, modelo de “integração definitiva entre o Estado, a guerra, a ciência e a tecnologia” (Ibidem). É esta relação constitutiva entre a forma mais desterritorializada do capital (a moeda) e a da soberania (a guerra) que deve constituir, precisamente, o “ponto de partida obrigatório para repensar a história do capitalismo” (2021, p. 36). Em síntese, aqui a violência aparece como uma “potência econômica” genética do

---

<sup>10</sup> “Houve toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar também em si mesmo algo como uma colonização, um colonialismo interno” (Foucault, 2005, p. 121).

<sup>11</sup> Neste sentido, dirá Foucault em *Em defesa da sociedade*: “a especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. [...] Portanto, o racismo [moderno] está ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação das raças para exercer seu poder soberano” (2005, p. 309).

<sup>12</sup> Nas palavras do Mbembe de *Necropolítica*: “a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a ‘paz’ assume a face de uma ‘guerra sem fim’” (2016, p. 132).

capitalismo, “que introduz a guerra nas margens do ‘poder do Estado’ e da ‘dívida pública’” (Alliez & Lazzarato, 2021, p. 36), a exemplo, aliás, da análise da acumulação primitiva por Karl Marx.

Referindo-se ao caso estadunidense, por sua vez, Harcourt também busca na matriz da guerra colonial o elemento basilar deste “novo estágio” de governo que se caracteriza pelo uso de tecnologias de contra-insurgência para o controle de populações locais, modelo que ele denominará de “A Contrarrevolução”: “a Contrarrevolução é o novo paradigma doméstico de governo de nossos próprios cidadãos, modelado na guerra de contra insurgência colonial, a despeito da ausência de qualquer revolta doméstica” (2018, p. 199, tradução nossa). Trata-se, portanto, de uma guerra que não tem por alvo uma minoria rebelde – “já que não existe nenhuma nos Estados Unidos” (Ibidem, tradução nossa) –, mas que cria a fantasmagoria de uma minoria ativa para implantar um modelo de governo com base na lógica de contra-insurgência desenvolvida pelas estratégias de domínio militar empregadas durante a guerra francesa na Indochina e na Argélia, a britânica na Malásia e na Palestina, e a estadunidense no Vietnã (Harcourt, 2018, p. 20). Nesta medida, o “novo” paradigma de governo estadunidense identificado por Harcourt decorre da incorporação, para fins domésticos, do modelo da guerra não convencional, ou da “antiguerrilha”, cujos métodos centrais e as estratégias militares (“uma operação muito mais cirúrgica e especial abordagem visando pequenas insurgências revolucionárias”) foram forjados em oposição ao modelo estratégico maoísta de luta anticolonial, adotado não apenas no Sudeste Asiático, mas também no Oriente Médio e no Norte da África, entre outros (Idem, pp. 19-20, tradução nossa). E, também, aqui a recepção de Foucault é decisiva, ainda que seu uso não seja efetivamente extensivo nesta obra específica de Harcourt: “em suas lições de 1971-1972, *Teorias e instituições penais*, Michel Foucault apresentou a ideia de que a aplicação da lei doméstica e as relações de poder na sociedade civil poderiam ser mapeadas no modelo da guerra civil” (Idem, pp. 195-196, tradução nossa).<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Como se sabe, Harcourt, destacado intérprete da obra foucaultiana, já havia se servido criticamente de Foucault em sua obra *Exposed: Desire and Disobedience in the Digital Age* (2015) para propor uma “nova maneira de compreender como o poder circula na era digital e, principalmente, uma nova forma de entender nossa vontade de nos expormos às corporações privadas e ao governo”: “Michel Foucault falou [...] da ‘sociedade punitiva’ ou do que chamara de ‘panoptismo’, baseando-se no projeto da prisão panóptica de Jeremy Bentham. Gilles Deleuze foi um pouco mais longe e descreveu o que chamou de ‘sociedades de controle’. Mas, em nossa era digital, a vigilância total tornou-se inextricavelmente ligada com prazer. Vivemos em uma sociedade de exposição e exibição, uma sociedade expositivista [an expository society]” (2018, p. 157, tradução nossa).

No caso de Dardot e Laval, por outro lado, e de sua obra conjunta com Pierre Sauvêtre e Haud Guéguen, há um recentramento da história do neoliberalismo que procura deslocá-la do eixo demasiadamente eurocentrado presente não apenas nas abordagens usuais ao tema, mas também na abordagem foucaultiana. Trata-se, como atesta o próprio subtítulo da obra *A escolha da guerra civil*, de retrair uma “outra história do neoliberalismo”, cujo eixo passa a ser a experiência inaugural do neoliberalismo no regime autoritário chileno do General Augusto Pinochet (1973-1990) compreendida como a “primeira contrarrevolução neoliberal” (Dardot *et al*, 2021, p. 42). Isso não significa que o caso especificamente chileno possa ser tomado como modelo de inteligibilidade do fenômeno político neoliberal em sua generalidade – ao contrário, deve-se considerar o neoliberalismo em sua plasticidade estratégica, ou seja, em sua capacidade de parasitar as condições locais e nacionais (Idem, p. 63) –, mas sim que essa “outra história do neoliberalismo” começa por identificá-lo nas formas políticas bastante particulares de uma ditadura nascida de um golpe militar em um país de passado colonial; e ela só pode fazê-lo porque adota uma perspectiva na qual o “neoliberalismo deve sua unidade fundamental não a sua doutrina, mas as suas estratégias de guerra civil” (Idem, p. 310). Uma tal perspectiva, portanto, não implica em vincular necessariamente o neoliberalismo à implementação de um estado institucionalmente militar e autoritário como o chileno, mas sim em compreendê-lo a partir de suas estratégias de “guerra civil” para a instauração do mercado concorrencial: historicamente, e já a partir de 1930, o “inimigo direto é [...] o proletário ou o sindicalista, e a importância, para o neoliberalismo, da intervenção na ordem jurídica se encontra na instauração de um direito da concorrência feito para tornar ilegal a pressão dos interesses sociais” (Idem, p. 316).

Assim, a lição histórica chilena, para além da institucionalidade do modelo militar autoritário, é capaz de revelar três características fundamentais da lógica neoliberal de governo: 1) a construção social neoliberal busca uma reestruturação das relações entre o Estado e a sociedade tendo em vista não exatamente o enfraquecimento estatal, mas antes o fortalecimento de instituições estatais que estabeleçam e garantam o “poder disciplinar dos mercados” (Idem, p. 63); 2) o objetivo não é o de simplesmente implementar uma política econômica avessa às formas do “coletivismo”, mas sim o de operar uma transformação radical de “todas as relações sociais pela disciplina impiedosa do mercado” (Idem, p. 64); 3) por fim, trata-se de promover uma despolitização da economia, processo que vai a par com uma “constitucionalização do

direito privado” que implica em “isolar a democracia da política” (Dardot *et al*, 2021, p. 64), de sorte a realizar a ideia aparentemente paradoxal de uma “democracia” blindada contra os supostos efeitos deletérios do crescente poder das “massas”.

Em todo caso, valendo-se das afirmações de Röpke e de Von Mises – o primeiro evocando o “perigo” de uma “invasão bárbara”<sup>14</sup> e o segundo, por seu turno, conferindo ao Estado a tarefa de subjugar “os criminosos internos e externos” para impedir as ameaças ao funcionamento adequado da economia de mercado<sup>15</sup> –, *A escolha da guerra civil* verá na construção neoliberal da figura do inimigo, estrangeiro ou interno, a retranscrição atualizada do tema foucaultiano do racismo de Estado: “proteger-se do inimigo, o que implica redefini-lo economicamente não mais nos termos da ‘proteção da raça’, mas da proteção normalizadora de uma ‘economia saudável’ contra o perigo da ‘democracia doentia’ e da ‘proletarização’” (Idem, pp. 315-316).

#### IV

À guisa de conclusão a respeito do que se poderia chamar de um conjunto de novas injunções junto ao pensamento foucaultiano, talvez pudéssemos tomar os recentes deslocamentos das pesquisas de Dardot e Laval como um índice esclarecedor do que está em jogo. Notemos que já em 2018, atentos aos novos arranjos do poder político internacional com a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro no Brasil, Dardot e Laval têm retomado seu percurso desde a publicação de *A nova razão do mundo* para deslocá-lo em favor de um enfoque que privilegie o caráter de violência social presente nas práticas políticas do neoliberalismo. Neste sentido, valeria a pena ter em vista a maneira pela qual, em trabalho publicado recentemente (2023), Laval reconsidera sua trajetória de pesquisa à luz do que ele próprio chamará de um “erro de perspectiva”

---

<sup>14</sup> Expressando uma inequívoca xenofobia, Röpke dirá o seguinte: “nos é dado a compreender que, se as pessoas estão se perguntando onde foi parar o país de Goethe, dos Humboldts e até mesmo de Nietzsche, eles deveriam prestar atenção ao fato de que este país foi inundado por incontáveis milhões que vieram muito rapidamente e em grande número para serem absorvidos culturalmente. Houve, então, uma quebra na continuidade da tradição cultural. Uma nação pode gerar seus próprios invasores bárbaros” (1942, p. 241, tradução nossa).

<sup>15</sup> “O Estado, o aparato social de coerção e retenção, não interfere no mercado e nas atividades dos cidadãos dirigidas pelo mercado. Ele emprega seu poder de atingir as pessoas para levá-las à submissão [*to beat people into submission*] unicamente para a prevenção de ações destrutivas para o bom funcionamento da economia de mercado” (Mises, 1998, p. 258, tradução nossa).

proporcionado, entre outras coisas, pela própria ideia foucaultiana do neoliberalismo como uma dada forma de “racionalidade governamental”:

[...] foi um erro de perspectiva ou, mais precisamente, o que se pode chamar de um viés *européu-estadunidense* de compreensão do neoliberalismo. E isso se explica por uma tripla razão: 1) o *corpus* doutrinal do neoliberalismo é europeu e estadunidense; 2) o neoliberalismo se apresenta como uma continuidade do liberalismo clássico, especialmente com toda sua desconfiança em relação ao Estado; 3) as análises de Foucault que nos fizeram avançar tinham como limite esvaziar a dimensão de violência e de dominação estatal, fazer desaparecer a dimensão de guerra civil *que foi tão importante para ele mesmo alguns anos antes, no começo dos anos 70*. Dito de outro modo, o viés consistiu em dar crédito a uma visão da governamentalidade pela concorrência generalizada, sem dar atenção ao fato de que ela supunha uma *guerra permanente*, mais ou menos aberta, *contra todas as forças sociais, todos os adversários políticos, todos os obstáculos institucionais que poderiam bloqueá-la*. A dominação do neoliberalismo supõe a guerra, uma violência instauradora de uma ordem de mercado. E nada pode mostrar isso melhor do que o laboratório de Pinochet, no Chile, ou a guerra de Thatcher contra os sindicatos, ou, de maneira mais geral, as campanhas políticas dos teóricos do neoliberalismo contra o socialismo, o *welfare* e o sindicalismo (Laval, 2023, pp. 164-165).

Era o próprio Harcourt quem observara (2013, p. 79), o propósito da possibilidade de repensar o poder *com e para além* de Foucault, a importância de se distinguir duas dimensões do trabalho foucaultiano: de uma parte, a dimensão propriamente metodológica e, de outra, o nível especificamente interpretativo de suas teorizações sobre o poder. Ao passo que, em sua dimensão metodológica, o tratamento dispensado por Foucault à temática do poder é multidimensional e copioso, a dimensão interpretativa, por seu turno, exige uma exploração contínua capaz de renovar nossas ferramentas crítico-conceituais em resposta à “constante geração de novas formas de interação social e políticas” (Ibidem, tradução nossa). Portanto, dirá Harcourt, “existe menos a adicionar ou revisar no campo metodológico do que há na dimensão interpretativa” da teorização foucaultiana sobre o poder (2013, pp. 83-84, tradução nossa). A “virada teórica” de Dardot e Laval testemunha, mas não esgota, uma “virada” comum e complementar por sobre parte da obra foucaultiana realizada à luz dos desenvolvimentos mais recentes da violência gestonária da política dos estados neoliberais que nos são contemporâneos. Assim, nas palavras de Alliez e Lazzarato: “vencedora no embate com o pensamento-movimento 68, a máquina de guerra neoliberal continua a acumular vitórias” (2021, p. 155).

Fosse o caso de realizar uma avaliação mais ampla da herança foucaultiana aos dias correntes, diríamos que Foucault (quicá com a mesma intensidade) é referência incontornável

tanto pelas hipóteses avançadas quanto pelas lacunas que deixara em aberto: de uma parte, um extensivo uso das categorias foucaultianas de governamentalidade e de biopolítica tem servido à caracterização de nossa modernidade política em termos de um investimento sobre o corpo vivo e sobre a gestão de suas forças coletivas (ao ponto de se poder falar em uma espécie de *biopolitical turn* no campo da crítica social);<sup>16</sup> de outra parte, contudo, atribui-se a Foucault o equívoco do abandono precoce da guerra civil como matriz de inteligibilidade das relações políticas, e mesmo o de uma desatenção eurocêntrica com relação a história da colonização<sup>17</sup> – e então o que emerge é o campo de exploração, ainda em aberto, das figuras históricas da violência soberana como gestão da morte e de seu destino em nossa (bio)política contemporânea. Lacunas importantes, hesitações prejudiciais, abandono precoce da temática da guerra civil, ausências cuja expressão cabal seria a de um tipo de abordagem que, a despeito de seus méritos, inspirou um conjunto de trabalhos que “ocultou a violência aberta pela qual o neoliberalismo pode, em certas circunstâncias, ser levado a se impor” (Dardot *et al*, 2021, p. 314).

Nossa aposta particular, neste sentido, é a de que este conjunto de articulações junto ao pensamento foucaultiano deve servir à explicitação das formas atuais de exercício de uma soberania biopolítica cuja lógica de mobilização do uso diferencial e *racializado* da violência estatal representa uma readequação do poder soberano às tarefas do estado neoliberal segundo sua natureza regressiva: crescentemente desconectada de qualquer atribuição prática de gestão dos processos político-econômicos em curso, a soberania política estatal está em vias de reconverter-se em direção à dimensão arcana de suas funções de morte, o que talvez implique em concebê-la, nos dias atuais, a partir de sua reinscrição no campo de uma violência soberana de tipo neocolonial. Daí a importância de reinscrever a história do neoliberalismo em sua continuidade com a história da violência biopolítica e da guerra colonial, recuperando

---

<sup>16</sup> Certamente concorrem para este uso extensivo a própria “tendência do capitalismo para a intensificação da articulação entre política e vida”, bem como o “significativo incremento da capacidade do Estado em se apropriar do poder sobre a vida biológica” (Bottici, 2015, p. 189, tradução nossa).

<sup>17</sup> Em Foucault, por exemplo, “a ascensão do racismo em fins do século XIX parece não ter nenhuma conexão com a evolução da economia-mundo e com o imperialismo, que leva a conquista colonial ao apogeu e se precipita na Primeira Guerra Mundial. Mais uma vez, o enfoque eurocêntrico da análise restringe a explicação (que retorna à *morte própria ao poder soberano* e conduz Foucault a um curioso efeito de quiasma), pois, como se sabe, as primeiras manifestações do ‘racismo de Estado’ não ocorrem na Europa, mas nas colônias, com a escravidão” (Alliez & Lazzarato, 2021, p. 79).

criticamente a perspectiva foucaultiana da guerra intermitente para o diagnóstico de nosso presente.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Trad.: Henrique Burigo. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. *Guerras e capital*. Trad.: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ed. Ubu, 2021.

BOTTICI, Chiara. Rethinking the biopolitical turn from the thanatopolitical to the geneapolitical paradigm. *Graduate Faculty Philosophy Journal*, New York, vol. 36, issue 1, 2015, pp. 175-197.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad.: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Never ending nightmare: how neoliberalism dismantles democracy*. Trad.: Gregory Elliott. London/New York: Ed. Verso, 2019.

DARDOT, Pierre. [et. al.]. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Trad.: Márcia Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

FOUCAULT, Michel. Le sujet et le pouvoir. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François (org.). *Dits et Écrits II, 1976-1988*. Paris: Quarto-Gallimard. 2001.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Trad.: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade, 1: A vontade de saber*. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

HARCOURT, Bernard. Rethinking power with and beyond Foucault. *Carceral Notebooks*, Chicago, vol. 9, 2013, pp. 79-87.

\_\_\_\_\_. *The Counterrevolution: how our government went to war against its own citizens*. Nova York: Ed. Hachette, 2018.

LAVAL, Christian. Governamentalidade e violência neoliberal. In: CASTELO BRANCO, Felipe de Oliveira; YAZBEK, André Constantino (orgs.). *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia*. São Paulo: Ruptura, 2023.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. Trad.: Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LEMKE, Thomas. *Biopolitics: an advanced introduction*. Trad.: Eric Frederick Trump. New York/London: New York University Press, 2011.

\_\_\_\_\_. Foucault, governamentalidade e crítica. *Plural, Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 24, número 1, janeiro-junho de 2017, pp. 194-213.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte e Ensaio*, Rio de Janeiro, número 32, dezembro de 2016, pp. 122-151.

MENDIETA, Eduardo. Biopolitics. In: LAWLOR, Leonard; NALE, John. (orgs.) *The Cambridge Foucault Lexicon*. New York: Cambridge University Press, 2014.

MISES, Ludwig von. *Human action: a treatise on economics*. Auburn: Mises Institute, 1998.

PELBART, Pál Pelbart. Biopolítica e brutalismo em chave estratégica. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, vol. 17, janeiro-dezembro de 2020, pp. 01-10.

REIS, Diego dos Santos. Políticas da inimizade, de Achille Mbembe. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, volume 2, número 37, 2020, pp. 252-256.

RÖPKE, Wilhelm. *International economic disintegration*. London: William Hodge & Company, 1942.

SCHMITT, Carl. *Der Begriff des Politischen*. Berlin: Duncker & Humblot, 2020.

YAZBEK, André Constantino. Soberania e violência biopolítica neoliberal: revisitando o paradigma da guerra no pensamento de Michel Foucault. *Revista Natureza Humana*, São Paulo, vol. 23, número 2, 2021, pp. 46-62.

WALTERS, William. *Governmentality: critical encounters*. London: Routledge, 2012.

---

## **I – INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR**

Mestre e Doutor em Filosofia pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo realizado parte de seu doutorado na *École Normale Supérieure de Paris* (ENS) e no *Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine* (IMEC). Também possui um estágio de pós-doutorado na *École Normale Supérieure de Lyon* (ENS-Lyon). Dedicou-se ao estudo das principais correntes da filosofia francesa contemporânea, com destaque para as obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault. Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Filosofia (GFL) e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PFI) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [andre\\_yazbek@hotmail.com](mailto:andre_yazbek@hotmail.com)

## **II – INFORMAÇÕES SOBRE O ARTIGO**

*Recebido em:* 02 de março de 2024

*Aprovado em:* 15 de abril de 2024

*Publicado em:* 26 de junho de 2024